



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☐ Espaço Público e Cidadania |
| ☒ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

A arquitetura como ocorrência da percepção da violência e do medo: um estudo de caso em Maceió-AL

The architecture as the occurrence of perception of violence and fear: a case study in Maceió - AL

La arquitectura como la aparición de la percepción de la violencia y el miedo: un estudio de caso en Maceió - AL

SANTOS, Paula Victória Alves (1)

(1) Pós-Graduanda pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió, CESMAC, Maceió, AL, Brasil; email: paulavictoriasantos@gmail.com

A arquitetura como ocorrência da percepção da violência e do medo: um estudo de caso em Maceió-AL

The architecture as the occurrence of perception of violence and fear: a case study in Maceió-AL

La arquitectura, como la aparición de la percepción de la violencia y el miedo: un estudio de caso en Maceió-AL

RESUMO

A violência urbana vem se tornando um dos grandes problemas atuais, gerando nas pessoas um sentimento de “medo da cidade” e uma consequente e crescente reclusão das classes médias e altas sob os muros de condomínios residenciais, clubes, centros de compras, escolas particulares, etc. Este fenômeno não deve ser encarado como um simples movimento natural de resposta frente ao aumento das taxas de criminalidade, mas como uma transformação significativa na relação dos indivíduos com o espaço público constituído da cidade. Somando-se aos dados reais de criminalidade, as teorias sobre a “arquitetura da violência” e ao crescimento da indústria da segurança privada, este artigo objetiva apresentar um estudo sobre a violência urbana e seus reflexos na arquitetura a partir de um estudo de caso em Maceió-AL.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, violência urbana, Maceió

ABSTRACT

Urban violence has become one of the greatest problems in our society, causing in people the “fear of the city”, and in consequence increasing reclusion in high and medium classes wich hide behind the walls of residential condominiums, clubs, shopping centers, private schools, etc. This phenomenon must not be faced as a natural movement in response to the elevation of crime rates, but as a significant transformation involving the population and public spaces. Taking actual data about criminality, theories about the “architecture of violence” and the growth of private security services, this article aims to present a study on urban violence and its repercussions in the architecture from a case study in Maceio-AL.

KEY-WORDS: architecture, urban violence, Maceió

RESUMEN

La violencia urbana se ha convertido en uno de los problemas actuales, creando en las personas una sensación de “miedo de la ciudad” y una consecuente y creciente pena de prisión de la clase media y alta, bajo los muros de condominios, clubes, centros comerciales, escuelas privadas, etc. Este fenómeno no debe ser visto como una simple respuesta de movimiento natural en contra de un aumento en los índices de delincuencia, sino como una transformación significativa en la relación entre los individuos y el espacio público que consiste en la ciudad. Agregando a los datos reales sobre delitos, teorías sobre la “arquitectura de la violencia” y el crecimiento de la industria de la seguridad privada, este artículo presenta un estudio sobre la violencia urbana y sus efectos sobre la arquitectura de un estudio de caso en Maceió (AL).

PALABRAS-CLAVE: arquitectura, violencia urbana, Maceió

1 INTRODUÇÃO

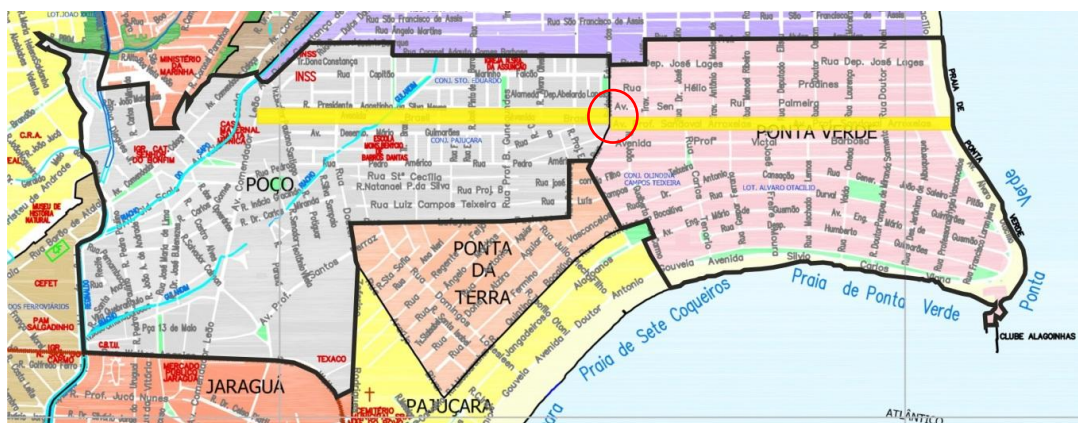
Segundo, Anika Gärtner (2008), nos últimos vinte anos, a delinquência e a violência chegaram a ponto de não mais serem vistas exclusivamente como problemas meramente criminais, mas também como reais obstáculos ao desenvolvimento, especialmente em áreas urbanas. Um dos maiores impactos da delinquência e insegurança é a impossibilidade de se reivindicar o uso da cidade e seus espaços.

Considerando a arquitetura dos edifícios e a “fala do crime¹”, capazes de revelar a insegurança que é gerada pelos altos índices de violência, este artigo tem por objetivo identificar a **percepção** que os moradores têm sobre “estar seguro” onde vivem ou trabalham e **como esta percepção se reflete na arquitetura de uso residencial e comercial**, tendo como estudo de caso um trecho definido na cidade de Maceió/AL. Buscar-se-á entender, na aparência desta arquitetura, mais que o valor estético da habitação, mais possivelmente, o apelo velado sobre as transformações que a violência urbana impele sobre a vida nas cidades. O que demonstrara a relação com o eixo temático escolhido: Habitação e Direito à cidade.

O trecho escolhido como objeto de estudo constitui-se de uma reta formada pelas avenidas Prof. Sandoval Arroxelas (bairro da Ponta Verde) e Avenida Brasil (bairro do Poço) (Figura 1). Essas avenidas apresentam diferentes usos e formas de ocupação, abrigando residências (casas e edifícios), estabelecimentos comerciais, de serviços e instituições públicas.

Os bairros abordados pela pesquisa apresentam diferentes concentrações de renda, altos índices de **crimes contra o patrimônio** e, apesar da proximidade geográfica, as residências e os estabelecimentos comerciais nos dois bairros refletem distintas preocupações com a segurança, que serão demonstradas a partir de um levantamento fotográfico dos bairros.

Figura 1: Trecho em estudo destacado em uma linha amarela, Avenidas Brasil (Poço) e Prof. Sandoval Arroxelas (Ponta Verde).



Fonte: Prefeitura de Maceió (2010) – modificado pela autora.

É necessário esclarecer que os índices sobre a violência urbana em Maceió são interpretados a partir dos dados relativos aos **homicídios**. Nos dois bairros abrangidos pelo presente estudo, este tipo de crime não é o que produz maior número de vítimas, mas sim, os **crimes contra o patrimônio** (SEDS/AL, 2013), fato que reafirma o enfoque escolhido para esta pesquisa, que é

¹ Conceito apresentado por Tereza Caldeira (2011) que são todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo da violência como tema. Nesses intercâmbios verbais do dia a dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas, isto é, a fala do crime não só é expressiva como também produtiva.

a verificação da expressão da arquitetura diante da violência e da percepção sobre a violência pelos moradores.

2 UMA NOVA PAISAGEM URBANA: ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA E A CIDADE DE MUROS

Instalado o medo, instalam-se os seus especuladores, o que faz da indústria e do mercado da segurança investimentos extremamente lucrativos, em contextos em que o Estado se mostra incapaz de garantir proteção aos cidadãos e onde defesa face à violência urbana torna-se uma tarefa de cada indivíduo.

A violência urbana, associada ao medo, combina processos de mudanças que alteram a arquitetura e ampliam as zonas de segregação dentro da própria urbe, onde a população busca proteger-se contra um inimigo real ou fictício (PEREIRA, 2011, p.2). Carros blindados, muros, grades, cercas elétricas, câmeras, entre outros artifícios, são símbolos da sensação de insegurança coletiva. Verifica-se, por assim ser, uma crescente ampliação e sofisticação dos mecanismos de segurança, mais e mais transformados em ícones de consumo e utilizados também como elementos de distinção social.

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre). Essa circunstância provoca nos filósofos uma dor de cabeça sem cura conhecida. Ela também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos *outros*; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos *outros*. (BAUMAN, 2003, p.24)

Estudos de vitimização mostrados por Llaud (2002) mostram que o uso de mecanismos de autoproteção, principalmente os mais caros e sofisticados, variam com a renda. As classes de maior renda são as que efetivamente podem suprir a necessidade de prover sua própria proteção, fortificando suas casas com toda a variedade de aparatos tecnológicos, mudando para condomínios fechados afastados do centro e blindando seus carros. Na medida em que os índices da violência e a neurose crescem, a indústria de proteção, ou indústria do medo, se torna cada vez mais lucrativa.

Tais aparatos que até bem pouco tempo atrás pareciam privilégio dos segmentos privilegiados residentes nos “enclaves² fortificados”, começam a ganhar adesão por parte da população mais pobre, que passa a depositar na tecnologia a esperança de uma vida melhor e mais segura, mesmo que isto implique no rompimento de tradicionais formas de sociabilidade e proteção, antes ancoradas em estreitos laços comunitários. Tem sido cada vez mais comum, na tentativa de diminuir a sensação de insegurança, a “privatização” de algumas ruas de bairros populares, a instalação de câmeras, porteiros eletrônicos e uma busca crescente de preservação da sua segurança e a de seu patrimônio, ainda que este seja pequeno. Fica, assim, comprometida a vivência do espaço público enquanto local de sociabilidade, de exercício de liberdade e de prática política.

² Segundo o dicionário Webster, a palavra enclave vem sendo utilizada em geografia política para fazer referência a um território com distinções culturais e sociais cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território estrangeiro.

O crescimento do crime violento registrado pelos jornais e estudos sobre a violência, amplamente divulgados, gera medo e uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a **construção de muros** é a mais simbólica. Para Caldeira (2011, p.9), tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além de garantia de proteção.

Cada vez mais as paisagens das cidades contemporâneas lembram **as prisões de segurança máxima e as fortificações medievais**, conforme conclui a pesquisa “Arquitetura da Violência” coordenada pela professora Sônia Ferraz, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense – UFF³. De acordo com a coordenadora do projeto “estamos diante de uma arquitetura que explicita medo da violência. É crescente o número de elementos medievais e carcerários presentes nas habitações” (apud PEREIRA, 2011, p.4), conforme explica a autora:

A diferença pode-se dizer é que nas cidades medievais construía-se fortificações (castelos) para que no caso de um ataque inimigo, os habitantes da região pudessem se abrigar em seu interior. Pensava-se coletivamente. Hoje, constroem-se verdadeiras fortalezas para segregar, excluir e principalmente se resguardar das diferenças, do outro, do cidadão da própria comunidade. Pensa-se individualmente. (PEREIRA, 2011, p.4)

Abreu (2007) lembra que os muros altos, os acessos bem determinados, protegidos e a utilização de materiais pontiagudos para a proteção impedem a aproximação. Os dispositivos de tecnologia, como câmeras, sensores, cercas elétricas, interfonos acrescentam o simbolismo de proteção e enfatizam o distanciamento.

Segundo Caldeira (2012), os enclaves fortificados que são criados na cidade por causa dos muros que cercam as edificações fragmentam o espaço urbano, pois o acesso passa a ser restrito e controlado: instituem espaços coletivos, mas de uso privado, limitado apenas àqueles reconhecidos como iguais. Espaços onde a desigualdade passa a ser um valor estruturante que delimita fronteiras entre exterior e interior, restringindo movimentos e estabelecendo separações entre os diferentes grupos que compartilham a mesma cidade. A heterogeneidade social passa a ser temida em nome do aumento da criminalidade:

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais (CALDEIRA, 2000, p.10).

A desconfiança pode ser mais bem compreendida se tomarmos as análises de Bauman (2008) em relação a estes novos tempos como referência. Segundo o autor, não há na “modernidade líquida” sinais ou fronteiras claramente definidos que nos tornem aptos a identificar ou separar o bem do mal, identificar amigos e inimigos. O mal se apresenta a partir de qualquer lugar, a qualquer momento. Por isto viveríamos numa era de crise de confiança, o que ameaça as relações humanas e os vínculos sociais e torna a cidade fonte de perigo constante.

A disseminação da “**fortificação**” passa, assim, a ser justificada por este medo. Na verdade, um

³ A pesquisa de Sônia Ferraz consistiu de um levantamento fotográfico e da análise de residências e edifícios situados em bairros nobres do Rio de Janeiro (Ipanema, Lagoa, Jardim Botânico, Leblon, Niterói e Barra da Tijuca) e de São Paulo (Moema, Jardins, Morumbi e Alto da Boa Vista).

“medo líquido” que seria a passagem rápida e indolor por obstáculos que aprendemos, com o passar do tempo e com a banalização da violência, a encarar como riscos inerentes à vida na cidade, que é dinâmica.

Nos bairros populares, é comum observarmos certo ceticismo em relação à possibilidade de defesa frente à violência urbana, o que pode significar tanto o reconhecimento da gravidade da situação da segurança. Quanto sua banalização e rotinização, levando a atitudes de isolamento, acomodação, cumplicidade e imobilidade, bem como à adoção de perspectivas preconceituosas e igualmente violentas.

É importante notar que quanto maior a auto-segregação, maior o medo de viver nas cidades, cada vez mais tornadas violentas. Sem admitir a possibilidade da convivência com o diferente, continuaremos a “fechar nossas portas e subir nossos muros”.

Em 1961, Jane Jacobs publicou *The death and life of great american cities* (Vida e Morte das grandes cidades), provavelmente a obra com maior influência sobre o ambiente urbano e sua relação com o crime, que trata de um modo geral, da vitalidade urbana. Ao analisar as características comuns dos entornos vivos e seguros, em contraste com outros inseguros e conflituos, Jacobs ampliou os horizontes do planejamento urbano rumo ao entendimento das influências do desenho ambiental no comportamento social, defendendo que, quanto mais pessoas nas ruas circulando pelas calçadas, menor é o número de atos criminais, situação que denominou de *eyes on the street* (olhos na rua). Segundo Jacobs (2000), as cidades devem ter uma diversidade de usos complexa e densa e seu esvaziamento não garante a segurança contra o crime e nem previne o temor ao crime. Para a autora, a existência de movimento de pessoas nas ruas, ainda que de desconhecidos, é positiva para proporcionar segurança.

As principais bases para o funcionamento equilibrado de um espaço urbano podem ser resumidas da seguinte forma:

- demarcação clara entre o espaço público e o privado, já que essa delimitação auxilia na definição da responsabilidade individual sobre o privado e a coletiva sobre o público, facilitando a ação dos cidadãos sobre os diferentes espaços;
- vigilância natural, que é a que se dá por parte de usuários, comerciantes ou daqueles que habitam na zona e exercem o controle social informal – é a ideia de “olhos na rua” – permitindo a vigilância natural cotidiana possibilitada pelo contato de visão sobre a rua;
- calçadas e passeios que proporcionem uma utilização contínua, de forma a aumentar a vigilância natural informal.

Em tempos mais recentes, Roberto Bondaruk (2007), autor do livro “A prevenção do crime através do desenho urbano”, descreve que o espaço urbano das cidades brasileiras, seja público ou privado, apresenta por vezes, algumas características que facilitam ou induzem à prática de delitos.

Segundo Bondaruk, a maioria dos crimes é cometida porque o delinquente vislumbra uma oportunidade que pode ser uma ou uma combinação de várias delas, como facilidade de acesso, lugares para escalar, ausência de uma definição clara entre o espaço público e privado, iluminação insuficiente ou paisagismo que posa ocultar a presença de alguém. Quanto mais um delinquente se sente inseguro e vulnerável para agir, tanto menos provavelmente cometerá um delito.

Segundo Colquhoun (apud Bondaruk, 2007, p.56), há três teorias criminológicas básicas

relativas à oportunidade para o crime:

1. Teoria da escolha racional: que prega que um delinquente em potencial, analisará as possibilidades do risco que corre antes de decidir cometer o crime. Considerando assim, a chance de ser visto, facilidade de entrar e chance de escapar sem ser preso.
2. Teoria das atividades rotineiras: que prega que para que um delito ocorra, deve haver a somatória de três fatores: um agente motivado, um alvo vantajoso ou vítima e ausência de um guardião capaz. Para se prevenir o crime, segundo essa teoria deve-se anular um desses três fatores. Exemplos: um delinquente pode ser desmotivado melhorando-se o nível de vigilância ou tornando o acesso mais difícil. Um alvo pode se tornar menos atrativo para um delinquente ao se melhorar a sua segurança ou remover vias de fuga, entre outros.
3. Teoria do espaço defensável: destaca os diferentes níveis de aceitação do comportamento das pessoas em diferentes tipos de espaço. Segundo esta teoria proposta por Newman (1973), um delinquente normalmente não tem razão para estar num espaço privado ou semi-privado. Assim, podem-se estabelecer medidas de controle social que reduzam o potencial de crimes e comportamentos antissociais. Distinguindo-se claramente espaços públicos de privados.

Em 1971, o Dr. C. Ray Jeffery cunhou a expressão “Crime Prevention Through Environmental Design” (CPTED) em seu livro *Criminal Behavior and the Physical Environment* (O comportamento criminal e o ambiente físico), um estudo desenvolvido com base em estudos da National Commission for Causes and Prevention of Violence (Comissão Nacional para as Causas e Prevenção da Criminalidade) entre os anos de 1964 e 1968 nos Estados Unidos.

O CPTED, traduzido por “Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental” (PAAAA), pode ser entendido como todas as providências a serem tomadas visando reduzir a probabilidade do acontecimento de delitos através de modificações no desenho urbano, aumentando assim a sensação de segurança. Na prática, a teoria têm tido sucesso em uma variedade de aplicações, incluindo ruas, parques, museus, prédios do governo, casas e complexos de escritórios⁴. Amaro (2006) dá a seguinte definição da Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental: “Conjunto de ações e medidas com objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de delitos e aumentar a sensação de segurança, através de intervenções no desenho urbano”.

Há três estratégias básicas de abordagem em Arquitetura Contra o Crime (ACC) (CROWE apud BANDARUK, 2007, pg.74):

- **Controle Natural de Acesso:** é dirigido primariamente para reduzir a oportunidade de ocorrência do delito. Seu objetivo primário é impedir o acesso para o objetivo do elemento delituoso, por criar a sensação de risco para a atuação dele. As estratégias de controle de acesso são classificadas como: organizadas, mecânicas e naturais⁵.
- **Vigilância Natural:** é um dos mais essenciais, simples e efetivos para se melhorar a segurança. Esta acontece através de processos naturais da vida urbana, criando barreiras

⁴ Um exemplo brasileiro que inclui características da prevenção da violência através do desenho urbano e, em específico, da teoria do CPTED, vem sendo implementado nos municípios de Olinda e Recife, desde novembro de 2003, com apoio do Banco Mundial. O objetivo principal é a capacitação de funcionários das prefeituras e algumas intervenções em comunidades carentes locais no marco do projeto Prometropole, utilizando a metodologia do CPTED entre diversas outras (GARTNER, 2008).

⁵ Pode-se entender como organizadas, policiamento, porteiros e vigilantes; mecânica, trancas, fechaduras, iluminação, câmeras; e naturais, janelas, portas de vidro, etc (BONDARUK, 2008).

psicológicas importantes, como dissuasória de atitudes antissociais ou ilícitas. Parte da simples ideia de limitar a ação do delinquente, pela sensação de que está sob vigilância. Pode ser classificada também em: organizada, mecânica ou natural.

- **Reforço Territorial:** Distribuem-se, instintivamente, os espaços em zonas de territorialidade: zona íntima (14cm a 46cm), zona pessoal (46cm a 1,20m), zona social (1,20m a 3,60m) e zona pública (mais de 3,60m). Para a ACC, duas vertentes são importantes: uma segundo a qual o ser humano quando invadido em suas zonas de distância mais íntimas tenderia a reagir de forma mais agressiva, e outra, no sentido de que mesmo as zonas além de 3,60m sejam consideradas como território seu, que seria o reforço territorial.

A análise de um edifício segundo o CPTED (ou traduzido para PCAA) avalia os índices de criminalidade e estabilidade, bem como falhas de projeto do núcleo do ambiente físico (por exemplo, corredores cegos, entradas descontroladas ou áreas abandonadas que atraem o comportamento criminoso). A aplicação dos princípios CPTED começa com uma análise de vulnerabilidade para determinar o que e onde precisa de proteção.

O processo CPTED analisa critérios sobre a territorialidade, a vigilância natural e controle de acesso para:

- Aumentar os esforços para combater o crime;
- Diminuir os riscos associados ao crime;
- Reduzir as recompensas associadas a crime;
- Estabelecer regras de comportamento adequadas à vida em sociedade.

As diretrizes do CPTED exigem medidas em longo prazo para tornar um ambiente seguro. De forma simples e em curto prazo, o CPTED pode eliminar áreas problemáticas, como zonas mal iluminadas, becos sem saída e telefones públicos em locais escuros.

Teorias como o CPTED, o planejamento urbano e o desenho do espaço público, contribuem para a melhoria da segurança do lugar de intervenção, mas existe a possibilidade de que o crime simplesmente mude para outra área menos protegida.

A prevenção através de intervenções urbanas é muito mais estreita no seu foco do que, por exemplo, a prevenção social que também leva em conta o motivo para o qual o infrator é levado a cometer o delito. Em geral, ainda é uma tarefa complexa e complicada medir o impacto de intervenções urbanísticas sobre as estatísticas da violência, mas uma análise detalhada dos delitos em combinação com vários tipos de prevenção, inclusive aquela dirigida ao desenho urbano, faz com que a tarefa seja pelo menos viável.

Ademais, tanto o déficit como o excesso de controle prejudicam a democracia. As políticas públicas de segurança devem buscar a justa medida no que se refere ao exercício do controle. Além disso, as políticas públicas de segurança devem priorizar políticas que não discriminam ou segregam, pois a segurança não pode perder seu caráter de bem coletivo, ou seja, distribuído de forma igualitária para todos.

3 UM ESTUDO DE CASO: MACEIÓ, A CIDADE MAIS VIOLENTA DO BRASIL

Maceió é a capital do Estado de Alagoas, localizada no litoral do Nordeste brasileiro. E no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2013), lançado em julho de 2013 e nos diversos mapas

anteriores elaborados a partir de 2004⁶, Maceió aparece com a taxa de homicídios mais elevada entre as capitais brasileiras (111,1 homicídios por 100mil habitantes no ano de 2011 resulta 10 vezes superior à de São Paulo: 11,9 nesse mesmo ano).

Segundo Plínio Fraga, em publicação na Revista Piauí, de maio de 2011:

Seis em cada dez alagoanos vivem na miséria, e o estado tem o pior índice de desenvolvimento humano do Brasil. A soma das riquezas que produz, o Produto Interno Bruto, deixa Alagoas à frente de Piauí e Sergipe, é verdade. Mas como a concentração da renda nas mãos de poucos ali é maior, 30% de seus habitantes dependem do Bolsa Família para sobreviver. Com esses índices, não é surpresa que as vítimas de homicídios sejam, em sua maioria, homens, jovens, negros e pobres. (FRAGA, 2011, p.19)

Essa situação tem desencadeado na sociedade urbana, em geral, um sentimento desmesurado de medo, colocando-a em permanente estado de alerta. Em resposta, ocorrem mudanças significativas no cotidiano das cidades, pela redefinição de atividades, fluxos e comportamentos, portanto, no modo de vida urbano.

A percepção dessas mudanças remete à compreensão de que a violência urbana tornou-se uma questão essencialmente geográfica. Isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos nos modos de produzir e consumir (n)a cidade (QUEIROZ, 2002).

Em Maceió, foram escolhidos dois bairros vizinhos, que são a Ponta Verde e o Poço, mas que apresentam diferentes concentrações de renda, a fim de ser estudado se há diferença na percepção da violência pelos seus moradores, bem como isso se reflete na arquitetura.

A **Ponta Verde** é um bairro central de Maceió que concentra uma população de alta renda, com uma boa infraestrutura e que tradicionalmente misturou funções urbanas (residência, comércio e serviços) e manteve um uso relativamente intenso e heterogêneo do espaço público. Algumas partes do bairro como a Avenida Deputado José Lages, via principal e de grande fluxo, possui lojas de luxo e restaurantes. Por esta avenida circulam pessoas de vários grupos sociais que são vigiadas por guardas privados e câmeras de vídeo (cada prédio costuma ter pelo menos uma).

Deve-se considerar que a Ponta Verde ocupa o trecho da orla marítima mais valorizada da cidade, concentrando vários hotéis, e por isso, há também um intenso fluxo de turistas circulando pelas ruas.

Assim como no centro da cidade, os proprietários de estabelecimentos comerciais tem usado sua criatividade para manter “pessoas indesejáveis” à distância - não apenas infratores (ou “suspeitos” de infração), mas sobretudo mendigos em frente aos estacionamentos das lojas e semáforos.

Verifica-se que na Ponta Verde os sistemas de identificação, triagem e controle de circulação apontados por Caldeira (2011) são muito usados: câmeras de vídeo, controle eletrônico de trabalhadores nas entradas da maioria dos prédios de escritórios, detectores de metais em portas de bancos e seguranças exigindo documentos de identificação nas portarias. Estes sistemas são considerados primordiais para uma boa administração de negócios e alimentam a

⁶ O primeiro Mapa da Violência foi divulgado no ano de 1998, e vêm produzindo uma série periódica de estudos que possibilitam ponderar a situação e a evolução da mortalidade violenta nos diversos locais do Brasil.

indústria de serviços de segurança privada.

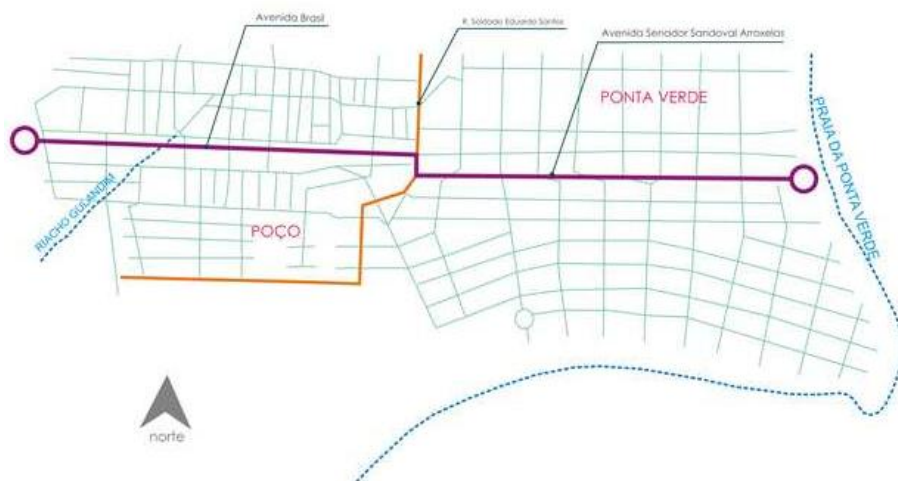
Esses sistemas não são apenas uma questão de segurança, mas também de disciplina e discriminação social. A imagem do suspeito é feita de estereótipos e, consequentemente, os sistemas de triagem discriminam especialmente pobres e negros. Os porteiros não incomodam as pessoas que têm sinais de classe certos, mas podem chegar a humilhar os que não têm (CALDEIRA, 2011, pag. 319).

Com localização contígua à Ponta Verde, **o Poço** constitui um bairro mais popular e que apresenta ainda um grande uso do espaço público pelos moradores, apesar das muitas mudanças pelos quais tem passado nas últimas décadas. Por um lado, o bairro expandiu, as casas melhoraram, as ruas foram asfaltadas, iluminadas e equipadas com calçadas, mas, na medida em que o bairro se urbanizou e recebeu melhorias, as grades subiram e os moradores ficaram mais assustados e desconfiados. O crime aumentou, de furtos a homicídios, mas a vida cotidiana ainda é marcada pela sociabilidade entre vizinhos. O tipo de casualidade que dá vida a um bairro e torna o espaço público significativo. Na maioria das ruas, o trânsito é leve e as ruas são constantemente usadas para a brincadeira das crianças e adolescentes, o bate-papo de pessoas que param para saudar um vizinho, por moradores que se sentam nas calçadas para olhar o movimento, por pessoas cuidando de seus carros ou construindo algo. Suas casas são cercadas, mas geralmente por grades que permitem a visibilidade e a interação, não por muros. Esse tipo de bairro cuja segurança é mantida pelo uso intenso, pela mistura de funções e pelos “olhos sobre a rua” (JACOBS apud CALDEIRA, 2011). Em outras palavras, a segurança é mantida pelo engajamento, não pelo isolamento. Mas, este cenário já está comprometido, se transformando pela crescente expansão mobiliária.

No levantamento fotográfico, foi escolhida uma reta que passa por avenidas dos dois bairros - Avenida Brasil no Poço e Prof. Sandoval Arroxelas na Ponta Verde. O motivo para a escolha deste trecho deve-se ao fato de mostrarem bem a diferença da concentração de renda nos dois bairros e porque ambas possuem imóveis do tipo comercial e residencial, citados no estudo bibliográfico como lugares em que a atividade criminosa tem prejudicado a qualidade de vida da população local. Assim, seria possível verificar os instrumentos de prevenção do crime utilizados por seus moradores nas fachadas em suas residências.

As avenidas se interceptam na Rua Soldado Eduardo Santos, mas seguem em direção de fluxo contrárias. A Avenida Brasil segue em direção do centro de Maceió, dando acesso também ao Shopping Maceió, pela Av. Comendador Leão. E a Avenida Professor Sandoval Arroxelas, segue em direção à orla da Praia da Ponta Verde, para a Av. Álvaro Otacílio (ver figura 2).

Figura 2: localização das Avenidas Brasil e Prof. Sandoval Arroxelas



Esquema de localização das Avenidas Brasil e Prof. Sandoval Arroxelas (reta na cor roxa), ponto de interceptação entre os bairros Poço e Ponta Verde (reta na cor laranja) e a diferença entre os traçados urbanos dos bairros (linhas na cor verde). Fonte: Prefeitura de Maceió (2010) – modificado.

Em princípio, foi verificado, por meio de levantamento fotográfico, que **ambos os bairros apresentam as fachadas das edificações fortemente determinadas pelos dispositivos de segurança** como grades, muros altos, câmeras de vigilância, cercas elétricas etc.

Figura 3: Dois diferentes edifícios no bairro da Ponta Verde. Na imagem da esquerda, a fachada principal do edifício mostra um longo e alto portão gradeado, com acionamento automático, na área destinada a garagem. Na imagem da esquerda, o artifício utilizado é a parede inclinada e o uso da vegetação para impedir a possível escalada do muro.



Fonte: Foto da autora, 2013.

No bairro da Ponta Verde, as edificações comerciais, como mercados e galerias utilizam os mesmos equipamentos, além da vigilância de funcionários e proprietários.

Figura 4: Nos dois estabelecimentos comerciais, o uso de câmeras de vigilância nos principais acessos aos estabelecimentos



Fonte: Foto da autora, 2013

No bairro do Poço, a maioria das residências possui um a dois pavimentos e utilizam equipamentos de segurança como os do bairro da Ponta Verde. Porém, o uso de grades com lanças nas extremidades é comum, assim como a etiquetagem dos muros com selos de serviços de vigilância noturna.

Figura 5: Estabelecimentos comerciais em que as fachadas principais exibem o selo do serviço de segurança particular e o fechamento completo do edifício com toldos e cercas elétricas



Fonte: Foto da autora, 2013.

Figura 6: Residências no bairro do Poço, presença do completo fechamento da residência com grades, ausência de aberturas da fachada principal, grades de proteção com lanças nas extremidades e uso da vegetação para impedir a visibilidade do interior do imóvel ou possível invasão.



Fonte: Foto da autora, 2013.

Como estratégias de proteção patrimonial, são variadas as combinações e apropriações de linguagens arquitetônicas que produzem e reforçam, por exemplo, o caráter medieval e/ou prisional de grande parte dessas construções.

Segundo Renato Garcia, em reportagem ao jornal O Globo:

É a linguagem medieval de proteção. A insegurança desenha um novo padrão funcional e formal de arquitetura e comprova que o medo gera lucro: uma boa fatia do mercado imobiliário, da indústria de equipamentos e materiais de segurança cresce na mesma medida em que a violência (GARCIA, 2002, s/p).

A "medievalização" da arquitetura residencial de alta renda mostra, com mais clareza, o medo crescente e estratégias contundentes utilizadas para a proteção e a segurança, e revela também, como aponta Harvey:

O charme e o glamour que parecem simbolizar um estilo medieval de morar, com uma apropriação de elementos de estilos pretéritos que, por sua vez, podem funcionar como um escape ao enfrentamento do presente, como uma fantasia nostálgica que cai muito bem aos espíritos "pós modernos" e consolida certos modos aparentemente impressionantes de viver, adquiridos pela compra de um sistema de signos que, apesar de inautênticos, como "quase simulacros" são capazes de produzir diferentes representações (HARVEY, 1992, cap.17).



Fonte: Foto da autora, 2013.

Um olhar sobre as casas ou prédios de apartamentos em Maceió, mostra claramente que cercas e muros falam sobre distinção e constituem estilos de projetos. Em áreas nobres como a Ponta Verde, a arquitetura individual de cada construção e a competição pelo detalhe mais original para singularizar um empreendimento tentam criar sentimentos de distinção. Como mostram as imagens acima e como Caldeira (2011) identifica:

Muros, cercas e barras falam sobre gosto, estilo e distinção, mas suas intenções estéticas não podem desviar nossa atenção de sua mensagem principal de medo, suspeita e segregação. Esses elementos, junto com a valorização do isolamento e do enclausuramento e com as novas práticas de classificação e exclusão, estão criando uma cidade na qual a separação vem para o primeiro plano e a qualidade do espaço público e dos encontros sociais que são nele possíveis já mudou consideravelmente. (CALDEIRA, 2011, pag.297)

Quanto maior o número de equipamentos com que nos cercamos, maior é o receio de que eles "falhem". Quanto mais tempo gastamos preocupados com a ameaça de todo e qualquer estranho, menos tempo passamos na companhia deles, pondo à prova nossa preocupação. Quanto mais se perde a capacidade de tolerância menos é possível enfrentar, lidar com, desfrutar de e apreciar a vitalidade, variedade e pujança da vida urbana. Viver "trancados" a fim de afastar os medos é o mesmo que escoar a piscina para ter certeza de que as crianças vão aprender a nadar em completa segurança. (BAUMAN, 2011, p.196)

AGRADECIMENTOS

Prof.^a Adriana Capretz Borges da Silva Manhas. (FAU-UFAL)

REFERÊNCIAS

- ABREU, J.F. **Violência urbana e loteamentos fechados**: um estudo sobre a transformação sócio-espacial e suas manifestações produzidas no bairro do Jardim Petrópolis, Maceió-AL. 2007, 170 f. IL. Monografia (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2007
- ANDRADE, Margaret Odriam de Castro; PORTELA, Patrícia de Oliveira (Org.). **Manual de orientações para trabalhos técnico-científicos e referências bibliográficas**. Uberaba: Editora Universidade de Uberaba, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informações e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 14724**: Informações e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução: Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2003.
- BONDARUK, Roberson Luiz. **A Prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.
- CALDEIRA, T. P. do Rio. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo, EDUSP/Editora 34, 2011.
- FERRAZ, S. M. T. **Arquitetura da violência**: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas? [S.l.]: Monografias.com, 2006. Disponível em: < <http://br.monografias.com/trabalhos/arquiteturaviolenciadadescontemporaneas/arquiteturaviolenciadadescontemporaneas2.htm>>. Acesso em: 2 abr 2013.
- FRAGA, Plínio. Engolfado pela violência. **Revista Piauí**, São Paulo: edição 56, 18-23, 5 de maio de 2011.
- GARCIA, Renato. A arquitetura da violência desenha o Rio. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 2002.
- GÄRTNER, Anika. Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. *Revista brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 2, 57-68, jul/ago 2008.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NEAC – Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal.
- PEREIRA, H. A. **Prisioneiros do medo**: a violência e seus indícios na arte e arquitetura contemporâneas. *Revista de Artes e Humanidades*: revista da Universidade Federal do ABC, São Paulo, n.8, p. 1-12, mai - out 2011.
- PREFEITURA DE MACEIÓ (Maceió, AL). **Base Cartográfica da Cidade de Maceió**. Maceió, 2010. 1 atlas. Escala 1/18000.
- SEDS – Secretaria do Estado de Defesa Social de Alagoas. < <http://www.defesasocial.al.gov.br/>> acesso em set 2013.
- STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **A sociedade amedrontada**: estratégias eleitorais em torno da violência. In: XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste (Intercom Sudeste), 2007, Juiz de Fora – MG, Artigo, GT Práticas Sociais da Comunicação, maio de 2007, p.1-13.
- TAVARES, Diego Amador. **Arquitetura da Violência**: Um estudo sobre a insegurança pública na cidade de Belém em meio à segregação social e a cultura da Barbárie. In: Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI, 3., 2012, Manaus. *Arquivos...Manaus*: Universidade Federal do Para, 2012. p.19.
- WAISELFSZ, J.J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**: versão para web. Ministério da Justiça, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/mapa2008br.php>>. Acesso em: 01 jun 2013.
- WAISELFSZ, J.J. **Mapa da violência 2013**: mortes matadas por arma de fogo. Ministério da Justiça, Brasília, 2013. Disponível em: < http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: ago 2013.